A guerra, a linguagem e a mulher

Será de facto a guerra, ainda e sempre, o paradigma absoluto, vertido com expressividade na linguagem e submetendo a mulher?

Apresentam-se infinitamente tristes as notícias que vêm a lume dando conta dos abusos e violências a que são submetidas as mulheres sírias; ultrapassado o argumento de que tais abusos e violências são perpetradas por pessoas cruéis e sem escrúpulos, julgo que existe no tempo uma inscrição forte que explica, mas não justifica, esta catástrofe.

Ao folhearmos *A Dominação Masculina*, obra sintomática de Pierre Bourdieu, confrontamo-nos a dada altura com uma asserção de Immanuel Kant: “As mulheres […] não podem defender pessoalmente os seus direitos e os seus assuntos civis, por não lhes caber fazer a guerra; só o podem fazer através de um *representante*.” Portanto, às mulheres não cabe falarem publicamente por si mesmas. Jean-Jacques Rousseau, ainda, é claro quando afirma: “Toda a educação das mulheres deve fazer-se em função do homem. Agradar-lhe, ser-lhe útil, fazer-se amar e honrar por ele, educá-lo em jovem, aconselhá-lo, consolá-lo, tornar-lhe a vida agradável e doce: aí estão os deveres das mulheres em todos os tempos e aquilo que se lhes deve ensinar desde a infância”, como relembra Michelle Perrot. É assim que pensa a maioria dos filósofos das Luzes. Na verdade, como reitera aquela historiadora francesa, “é preciso dispensar às raparigas «luzes veladas», filtradas pela noção dos seus deveres.”

É este, indubitavelmente, o cadinho onde efervesceu o conceito de cidadania e o que originou a linhagem onde se inscreveriam as posteriores integrações. Ou seja, e é bom lembrar, o cidadão resultante da Revolução Francesa de 1789 era homem e de recursos consideráveis, fracturando assim simbolicamente, e logo à partida, a sociedade. Pois se o social resulta da diferença sexual, e se seguirmos a firme consideração do filósofo Emmanuel Levinas, o par homem/mulher é então o fertilizador incontestável. Neste entorno, a apropriação masculina do “sujeito” sempre foi uma realidade histórica, como o evidencia a pensadora Luce Irigaray, e nos esclarece Kant. Portanto, fica aqui relativamente clara a forma como a/s mulher/es se entrincheiram no corpo e, como se tal não bastasse, um corpo sem ressonância, isto se atribuirmos seriedade às palavras de Gustave Flaubert em *A Educação Sentimental*: “Os corações das mulheres são como os pequenos móveis de segredo, cheios de gavetas metidas umas nas outras; dão-nos trabalho, fazem-nos partir as unhas e no final encontramos lá no fundo algumas flores secas, grãos de poeira ou o vazio.”

Daqui até à linguagem foi um passo muito rápido: “estão abertas as hostilidades”, “plano de combate contra”, “reunir armas”, “enfrentar a batalha”, “luta”, “tropas”, “exército”, são algumas das metáforas enraizadas no discurso dos dias e que criam agora novas trincheiras, tanto voláteis, como dando conta das partes de um conflito interno ao próprio sujeito. Convém não esquecer nunca o que está na génese de um sistema democrático: o conflito. Mas este não é armado: é alado; e deverá ser alado precisamente pela palavra. Por tal não entendo que devamos falar de anjos, de nuvens, de céus, de voos, de anunciações, de ascensões, ou outras coisas que tais; mas sim que o diálogo e o confronto pressupostos no conflito democrático devem encontrar a respiração certa. Uma arma tem o intuito intrínseco de ferir; associada à guerra pressupõe adversários, os quais interessa superar, derrotando. Ora, eu não sou livre aniquilando a expressão do meu/da minha interlocutor/a, mas sim contrastando a argumentação mútua, ainda que ele/ela possam contrariar-me, e vice-versa. O sistema democrático é aberto.

Todavia, uma guerra suspende violentamente as asas da palavra, exactamente na mesma medida em que faz ascender a potencial tirania do mutismo do corpo. Walter Benjamin considerava que nenhum homem regressava das trincheiras da Grande Guerra rico em experiência, mas sim mudo e perplexo, devastado; extrapolando, nenhuma mulher que seja restringida ao corpo pode alcançar a sua subjectividade, e também nenhum homem ou mulher que se fechem na “retórica da guerra” podem reinventar a realidade. A realidade aguarda a decantação através de um enquadramento, que é sempre ponto de vista e reclama uma atitude consciente.

Cláudia Ferreira (Historiadora)

Ciência na Imprensa Regional – Ciência Viva